

Ambrósio

CONSOLIDAÇÃO DE CONTAS

2016


município de aradia

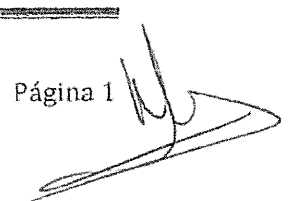
Índice:

	Pág.
Relatório de Gestão Consolidado	
1. Introdução	2, 3
2. Perímetro de consolidação e organograma do grupo autárquico	4
3. Método de consolidação	5
4. Análise patrimonial	5
4.1 Análise do balanço	5, 6, 7
4.3 Análise da demonstração de resultados	8, 9, 10
4.4 Indicadores de gestão	10
4.4.1 Indicadores de natureza patrimonial	10, 11, 12, 13, 14,
5. Mapas dos fluxos de caixa consolidado	15, 16
6. Factos relevantes ocorridos após o termo do exercício	16
7. Balanço consolidado do grupo autárquico	17,18
8. Demonstração de Resultados Consolidada do grupo autárquico	19
9. Mapa de fluxos de caixa consolidados de operações orçamentais	20

Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas

Introdução	21
1. Informações relativas às entidades incluídas no perímetro de consolidação e a outras entidades participadas	21
1.1 Entidades incluídas na consolidação	21
1.1.1 Entidade Mãe – Município de Anadia	21
1.1.2 Empresa local – WRC - Web para a Região Centro, Agência de Desenvolvimento Regional, EIM, SA	22
2. Entidades excluídas da consolidação	24
3. Informações de procedimentos de consolidação	24
4. Informações sobre o endividamento de médio e longo prazo	25
5. Informações sobre saldo e fluxos financeiros	26
6. Informações relativas a compromissos	27
7. Informações relativas a políticas contabilísticas	27
7.1 Imobilizações	27
7.2 Locação Financeira	27
7.3 Existências	27
7.4 Provisões	28
7.5 Dívida de e a terceiros	28
7.6 Disponibilidades	28
7.7 Especialização do exercício	28
8. Informações relativas a diversas rubricas	28, 29, 30, 31, 32
9. Informações diversas	33

Certificação Legal das Contas Consolidadas



1. INTRODUÇÃO

A prossecução de atribuições e competências cada vez mais amplas, a par da exigência de qualidade na gestão pública local, impulsionaram os municípios a utilizar estruturas de serviços distintas das que outrora operavam, adequando os seus modelos organizacionais. De facto, os municípios deslocaram a sua atuação para outras organizações, nomeadamente as de natureza empresarial, que detêm ou controlam, passando assim a agir numa lógica de grupo autárquico.

Assim, uma visão global da situação financeira do grupo é prejudicada pela simples prestação de contas individuais de cada uma das entidades que o constituem. A análise individualizada dos documentos de prestação de contas e das atividades parcelarmente desenvolvidas, incluindo o município, não possibilita uma apreciação financeira integrada, firme, absoluta e completa, dificultando deste modo uma visão global do grupo, elementar para a tomada de decisão e a definição de estratégias.

A consolidação de contas nos municípios surge, assim, como um passo necessário para melhorar a informação contabilística prestada pela administração local.

Esta ferramenta de gestão tem como objetivo elaborar as demonstrações económicas e financeiras de um conjunto de entidades ligadas entre si como se de uma única entidade se tratasse, procurando dar uma imagem verdadeira e apropriada da situação financeira e dos resultados do grupo autárquico, permitindo, ainda, o estabelecimento de contas únicas representativas da atividade global e da situação do conjunto de entidades ligadas por interesses comuns.

Desta forma, além das contas individuais que as autarquias são obrigadas a apresentar, também têm de apresentar as contas consolidadas do grupo autárquico em que a autarquia se enquadra, prerrogativa prevista na Lei que Estabelece o Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais.

A informação económico-financeira, resultante da consolidação de contas, facilita a tomada de decisão e respetivo controlo, por parte das entidades e do respetivo grupo autárquico no que

respeita ao cumprimento dos objetivos estabelecidos, com especial relevo no controlo do défice orçamental.

O artigo 75.º, da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro – Lei que Estabelece o Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais (RFALEI) – prevê no seu nº 1 que “Sem prejuízo dos documentos de prestação de contas individuais previstos na lei, os municípios, as entidades intermunicipais e as suas entidades associativas, apresentam contas consolidadas com as entidades detidas ou participadas”.

O referido normativo legal no seu nº8 do art.º 75 refere que “Os procedimentos, métodos e documentos contabilísticos para a consolidação de contas dos municípios, das entidades intermunicipais e das entidades associativas municipais são os definidos para as entidades do setor público administrativo”, sabendo-se que tais procedimentos e métodos, são os constantes na Portaria n.º 474/2010, de 15 de Junho que aprova a Orientação n.º 1/2010 designada por “Orientação genérica relativa à consolidação de contas no âmbito do setor público administrativo”.

No início de maio de 2011, foram publicadas pelo grupo SATAPOCAL um conjunto de instruções que permitiriam a aplicação deste regime pelos municípios de forma coerente, harmoniosa e comparável atendendo às lacunas que persistiam da articulação dos vários regimes: Lei das Finanças Locais, Portaria e Orientação n.º 1/2010.



2. PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO E ORGANOGrama DO GRUPO AUTÁRQUICO

A definição do perímetro de consolidação do Município de Anadia decorre do normativo legal. Assim, o perímetro de consolidação, definido no n.º 3, do artigo 75.º, da Lei que Estabelece o Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais (RFALEI), engloba as entidades do sector empresarial local em que o Município de Anadia detém uma posição de controlo direta ou indireta, considerando-se que o controlo corresponde ao poder de gerir as políticas financeiras e operacionais de uma outra entidade a fim de beneficiar das suas atividades.

A consolidação de contas do Município de Anadia abrange as entidades que respeitem o regime jurídico da Atividade Empresarial Local (AEL – Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto)

O perímetro de consolidação de contas do Município de Anadia atende aos seguintes fatores:

- a) Natureza de atividade – Compatibilidade e homogeneidade das demonstrações financeiras;
- b) Materialidade – Grau de relevância dos valores de cada entidade consolidada.

De acordo com o exposto, o perímetro de consolidação do Município de Anadia abrange uma única entidade, a WRC – Agência de Desenvolvimento Regional EIM, SA



3. MÉTODO DE CONSOLIDAÇÃO

O método adotado na consolidação de contas do município de Anadia foi o método de consolidação integral, o qual consiste na integração no balanço e demonstração de resultados da entidade consolidante dos elementos respectivos dos balanços e demonstrações de resultados das entidades consolidadas.

4. ANÁLISE PATRIMONIAL

4.1 Análise do Balanço

O Balanço pretende retratar a estrutura económico-financeira, apresentando a situação do património do Grupo Municipal à data de encerramento do exercício 2016, dando a conhecer, por um lado, o Ativo do Grupo, constituído pelos bens e direitos que representam a aplicação de fundos, isto é, a sua estrutura económica, e, por outro lado, o Passivo e Capital Próprio do Grupo que representam a estrutura financeira, ou seja, a origem de fundos.

A estrutura do Ativo reparte-se em Imobilizado – ou Ativo Fixo – e em Ativo Circulante. Por seu lado, a estrutura do Passivo é repartida entre o Capital Próprio ou Fundos Próprios e o Passivo.

SINTESE DA ESTRUTURA DO BALANÇO CONSOLIDADO

Contas do Balanço	2016		2015		2016/2015		2014		2015/2014	
	Montante	%	Montante	%	Montante	%	Montante	%	Montante	%
ACTIVO										
Imobilizado	123.088.477,74	92,26%	125.941.687,01	92,90%	-2.853.209,27	-2,27%	128.086.440,57	93,66%	-2.145.153,56	-1,67%
Bens de domínio público	28.967.413,79	23,53%	29.669.407,72	23,56%	701.993,93	2,37%	30.760.108,29	24,02%	-1.090.700,57	-3,55%
Imobilizações incorpóreas	1.196,00	0,00%	1.143,88	0,00%	52,12	4,56%	2.629,64	0,00%	-1.475,76	-56,33%
Imobilizações corpóreas	89.422.153,56	72,65%	91.345.427,99	72,53%	-1.923.274,43	-2,11%	92.765.239,39	72,42%	-1.199.811,40	-1,53%
Investimentos financeiros	4.697.714,39	3,82%	4.925.707,42	3,91%	-227.993,03	-4,63%	4.558.873,25	3,56%	366.834,17	8,05%
Circulante	9.978.326,42	7,74%	9.642.297,85	7,30%	336.028,57	3,46%	8.371.898,86	6,12%	1.276.398,99	15,17%
Existências	187.793,30	1,88%	190.990,58	1,98%	-3.197,28	-1,67%	290.480,57	2,75%	-99.490,09	-17,13%
Dívidas de terceiros - Médio e longo prazo	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Dívidas de terceiros - Curto prazo	927.710,51	9,30%	1.302.090,24	13,87%	-1.374.379,73	-59,70%	2.442.900,27	29,18%	-140.910,03	-5,76%
Títulos negociáveis	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Depósitos em instituições financeiras e caixas	8.062.822,61	88,82%	7.149.217,03	74,14%	1.713.605,58	23,97%	5.698.517,92	68,07%	1.450.699,11	25,46%
Acréscimos e adiantamentos	352.850,32	0,35%	570.213,12	0,42%	-217.362,80	-38,12%	399.254,67	0,22%	-283.058,45	-91,54%
Total do ativo	133.419.654,48	100,00%	136.154.187,98	100,00%	-2.734.543,50	-2,01%	136.757.994,10	100,00%	-603.796,12	-0,44%

Amílcar
2016

Contas dos Balanços	2016		2015		2015/2015		Balanços 2014		2015/2014	
	Montante	%	Montante	%	Montante	%	Montante	%	Montante	%
Fundos Próprios										
Património	74.493.575,93	94,18%	74.493.575,93	94,62%	0,00	0,00%	74.483.194,19	85,52%	10.381,44	0,01%
Diferenças de consolidação	1.828,85	0,01%	8.042,80	0,01%	12.871,65	160,04%	823,56	0,00%	-8.666,36	1389,82%
Reservas	3.763.375,92	9,90%	3.715.930,19	9,90%	47.445,73	0,54%	3.710.603,75	10,00%	5.326,44	0,05%
Resultados transitados	1.610.934,70	5,21%	1.785.339,18	4,30%	825.595,52	21,41%	4.134.126,52	4,75%	-148.787,44	8,44%
Resultado líquido do exercício	125.202,86	0,48%	870.090,98	0,99%	-444.888,12	-51,13%	-454.289,38	-0,52%	1.374.380,36	-291,53%
Interesses minoritários	195.352,96	0,22%	177.024,16	0,20%	18.318,80	10,35%	219.312,00	0,25%	-42.277,84	-19,28%
Total dos Fundos Próprios	88.493.271,22	66,13%	88.934.937,64	64,66%	-441.024,78	0,52%	87.093.571,04	63,68%	340.356,50	1,08%
Passivo										
Provisões para riscos e encargos	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00	0,00	0,00%
Dívidas a terceiros - Médio e longo prazos	5.284.292,53	11,76%	6.442.873,21	13,39%	1.158.580,68	-17,98%	6.992.502,58	14,08%	-549.629,37	-7,86%
Dívidas a instituições de crédito	4.666.215,60	88,30%	5.776.424,47	89,66%	1.110.208,87	-19,22%	6.905.026,98	98,75%	-1.128.602,51	-16,34%
Outros credores	618.076,93	13,25%	666.448,74	11,54%	-48.371,81	-7,26%	87.475,60	1,27%	578.973,14	661,87%
Dívidas a terceiros - Curto prazo:	1.505.766,26	4,24%	1.997.296,35	4,15%	-91.530,09	-4,58%	1.594.158,02	3,21%	403.138,33	25,29%
Empréstimos de curto prazo	1.209.986,22	63,49%	1.127.969,57	59,19%	82.016,65	7,27%	962.998,93	60,41%	164.970,64	17,13%
Fornecedores c/c	6.590,54	0,35%	18.298,90	0,96%	-11.708,36	-63,98%	11.212,03	2,59%	-22.913,13	-55,60%
Clientes e utentes c/ cauições	9.924,83	0,52%	9.924,83	0,52%	0,00	0,00%	9.924,83	0,62%	0,00	0,00%
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Fornecedores de imobilizado c/c	0,00	0,00%	6.341,22	0,33%	-6.341,22	-100,00%	5.054,80	0,32%	1.286,42	25,45%
Estado e outros entes públicos	111.536,43	5,85%	76.696,08	4,02%	34.840,35	45,43%	65.006,01	4,08%	11.690,07	17,98%
Outros credores	567.728,24	29,79%	558.655,75	29,78%	-190.437,51	-25,11%	509.951,42	31,99%	248.104,33	48,65%
Acréscimos e adiantamentos	37.736.516,71	84,00%	39.680.100,78	82,46%	-1.943.584,07	-4,90%	41.077.762,36	82,71%	-1.397.661,68	-3,40%
Total do Passivo	84.936.575,50	33,67%	88.120.270,34	35,34%	-3.193.694,84	-5,64%	49.664.423,06	36,32%	1.544.152,72	-3,11%
Total dos Fundos Próprios e do Passivo	133.419.846,72	100,00%	136.154.197,98	100,00%	-2.732.670,06	-2,01%	136.757.994,10	100,00%	-603.796,12	-0,44%

O Balanço Consolidado quando comparado com o Balanço do Município de Anadia permite verificar o seu forte peso enquanto entidade-mãe, cuja representatividade é de 69,2% e, como tal, responsável pela apresentação das demonstrações financeiras consolidadas do grupo autárquico.

Através da análise da estrutura do Ativo, podemos constatar que o peso relativo do Ativo Fixo é de 92,26%, tendo representado 92,50% no ano de 2015.

No que diz respeito à estrutura do Passivo, e tendo em consideração que a dívida relativa a empréstimos de médio e longo prazo que será paga durante o ano 2017 (amortizações de capital) se encontra relevada na rubrica de Dívidas a Terceiros a Curto Prazo e que representa 1,209 milhões de euros, poderemos afirmar que a dívida de maior expressão é, sem qualquer margem para dúvida, a de médio/longo prazo, apesar de toda ela ter sofrido um importante decréscimo entre 2014, 2015 e 2016. De facto, no ano de 2016, e no referente a acréscimos, apenas se registou e no referente à WRC a não amortização pela sua totalidade de uma conta caucionada tendo transitado em saldo o valor de 100.000,00€ para 2017. No exercício de 2016 procedeu-se à amortização de empréstimos de médio/longo prazo no valor de 1.128.192,22€.

Em relação à estrutura dos Fundos Próprios consolidados, que representam, no final do exercício, 88.493.271,22 euros, a rubrica correspondente ao Património do grupo autárquico continua em destaque e apresenta neste agregado um peso de 84,18%.

O imobilizado líquido diminuiu, continuando a refletir a diminuição verificada nos dois últimos anos em termos do investimento de capital no grupo autárquico.

O ativo circulante aumentou, com realce para a significativa diminuição verificada na rubrica de dívidas de terceiros de curto prazo e no significativo aumento dos depósitos bancários e caixa. O valor das existências diminuiu ligeiramente.

Os acréscimos e diferimentos apresentaram uma diminuição dos seus valores.

O total do ativo líquido diminuiu, em virtude de a diminuição do imobilizado ter sido superior ao aumento do ativo circulante, onde se inclui o acréscimo da poupança.

Analisando as componentes dos fundos próprios, que aumentaram em valor e em termos do seu peso relativo, verificamos que houve alguma estabilização em rubricas de elevado valor, casos do património e reservas, tendo as diferenças de consolidação diminuído em valor absoluto. Os resultados transitados aumentaram, em 2015 os resultados líquidos consolidados foram positivos, tendo o resultado líquido do exercício apesar de diminuir influenciado positivamente o seu valor.

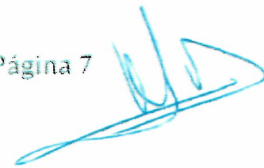
Em termos do passivo, devemos realçar a sua diminuição no global.

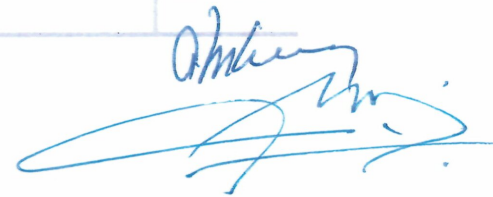
De referir que no passivo do Município de Anadia foi registado no ano de 2016 o valor total da sua contribuição para o Fundo de Apoio Municipal (FAM), tendo transitado um valor na rubrica de outros credores a m/l prazo de 533.158,74€ e na de outros credores de curto prazo o valor de 133.290,00 € correspondendo este ultimo valor á quota parte da sua responsabilidade a regularizar no exercício de 2017.

O passivo exigível, que diminuiu quer em valor quer em termos relativos, divide-se em dois grandes agregados, diferenciando-se desta forma o seu prazo de exigibilidade – o médio e longo prazo e o curto prazo. No referente ao passivo de médio e longo prazo, verificou-se uma substancial diminuição, devido nomeadamente ao valor das amortizações de capital dos empréstimos bancários contraídos.

As dívidas a terceiros de curto prazo também diminuíram, tendo contribuído para esta diminuição o valor das dívidas a outros credores.

O valor referente aos valores em dívida ao estado e outros entes públicos aumentou, e diz respeito essencialmente às retenções das contribuições devidas efetuadas aos funcionários e às que constituem responsabilidade das entidades que constituem o grupo autárquico.





4.2 Análise da Demonstração de Resultados

Com a Demonstração de Resultados pretende-se aferir o grau de eficiência económica atingido, de forma a prognosticar a capacidade do grupo autárquico em gerar fluxos de caixa.

Pela análise do quadro seguinte, podemos verificar que se assistiu a um ligeiro decréscimo dos proveitos totais (-1,62%) e a um pequeno aumento dos custos e perdas (0,43%), encerrando o ano de 2016 com resultados líquidos consolidados positivos, no seguimento do verificado no ano de 2015, embora tenham diminuído.

Apresentaremos de seguida, um mapa resumo da Demonstração de Resultados, no qual, para além de podermos conhecer o peso percentual de cada conta no contexto global dos custos e perdas e proveitos e ganhos, podemos verificar a variação em valor e percentual relativamente ao ano de 2015 e comparativo deste com o de 2014.

Relativamente aos custos inerentes à atividade que está na essência do grupo autárquico, verifica-se, um aumento do seu valor de 473.475,91 euros e percentual de 2,61%, enquanto os custos e perdas financeiros diminuíram 24,16% em relação ao ano anterior, devido ao impacto registado em 2015.

Os custos e perdas extraordinárias diminuíram em 36,44%.

Por outro lado, nos proveitos inerentes à atividade do grupo autárquico, assistiu-se a uma diminuição de 1,62%, devido essencialmente ao decréscimo verificado nas rubricas de impostos e taxas e na de trabalhos para a própria empresa.

De realçar igualmente o aumento registado na rubrica de prestações de serviços e na de transferências e subsídios correntes obtidos.

Os proveitos e ganhos financeiros demonstraram estabilidade apesar de terem aumentado e os extraordinários cresceram ligeiramente.

Américo

Do lado dos Proveitos há que salientar o peso que as transferências e subsídios correntes obtidos assumem no total dos proveitos, sendo responsáveis, por si só, por 43,65% dos proveitos do grupo autárquico em 2016, tendo crescido em termos de peso global e aumentado em valor absoluto relação ao ano anterior. Os impostos e taxas assumem igualmente um valor elevado, 19,93% em 2016, tendo decrescido em relação ao ano anterior, devido essencialmente à diminuição do valor arrecadado com o IMI.

ANÁLISE DE RESULTADOS	2016	2015	Variação (2016/2015)	
Resultados operacionais: (B) - (A) =	-2.090.249,10	-1.270.841,24	-819.407,86	64,48%
Resultados financeiros: (D-B) - (C-A) =	722.481,80	639.968,50	82.513,30	12,89%
Resultados correntes: (D) - (C) =	-1.367.767,30	-630.872,74	-736.894,56	116,81%
Resultado antes de impostos: (F) - (E) =	425.307,38	836.692,75	-411.385,37	-49,17%
Resultado líquido do exercício: (F) - (G) =	425.217,74	835.007,66	-409.789,92	-49,08%

4.3 Indicadores de Gestão

4.3.1 Indicadores de Natureza Patrimonial

Os indicadores patrimoniais são geralmente utilizados como sinais da evolução da situação financeira de uma entidade e como determinantes na apreciação da sua capacidade de endividamento. No entanto, no caso das autarquias, há que ter em atenção que o ativo engloba uma série de bens que não poderão servir de garantia de endividamento perante terceiros por não serem hipotecáveis ou alienáveis, nomeadamente os bens de domínio público (que representam cerca de 23,53% do ativo total do Grupo Municipal) e, eventualmente, bens privados necessários à prestação de utilidades públicas.

Apesar destas limitações, estes indicadores, apresentados nos quadros seguintes relativamente ao grupo autárquico, permitem-nos ter uma perspectiva da tendência evolutiva dos diversos componentes patrimoniais.

Relativamente aos indicadores de equilíbrio de médio e longo prazo do grupo autárquico consolidado, deve-se a evidenciar o seguinte:

- Medem a relação entre os capitais próprios e os capitais alheios de uma entidade e, portanto, um valor baixo destes indicadores é sinónimo de fragilidade económico-financeira, podendo representar a inviabilidade da mesma a médio/longo prazo. Poderão ser vistos sob três ópticas, a que acresce o índice de autonomia financeira, assumindo todos valores muito confortáveis,

Américo

- O rácio de solvabilidade permite avaliar a capacidade de a entidade solver os seus compromissos de médio e longo prazo e analisar a sua dependência face a terceiros. Quanto mais elevado for este rácio, maior a estabilidade financeira apresentada, quanto mais baixo, maior a sua vulnerabilidade. Traduzem a capacidade do Grupo Autárquico, como um todo, solver as suas obrigações numa perspetiva de médio/longo prazo, isto é, trata-se de uma questão de liquidez na óptica da capacidade de continuar a gerar recursos financeiros suficientes para liquidar as dívidas nos prazos devidos.

Solvabilidade I – relaciona os Fundos Próprios com o Passivo;

Solvabilidade II – relaciona o Ativo Líquido com o Passivo (indica a solvabilidade em sentido estrito e deve ser superior a 100%, caso contrário evidencia uma situação líquida negativa);

Solvabilidade Adaptada - relaciona o Ativo Líquido expurgado dos bens de domínio público com o Passivo.

- O rácio de solvabilidade adaptada quando comparado com o ano de 2015, demonstra a grande facilidade do grupo autárquico em solver os seus compromissos, e a diminuta dependência face a terceiros, nomeadamente em relação à banca, sendo claramente superior a 100%.

- Esta diminuta dependência verifica-se nos rácios de solvabilidade I e II que demonstram uma melhoria, sofrendo um aumento quando comparado com o ano transacto, como a seguir se demonstra:

- Solvabilidade I – Aumenta 14,03%
- Solvabilidade II – Aumenta 14,03%
- Solvabilidade Adaptada – Aumenta 11,21%

- O rácio de autonomia financeira, expressa a participação dos fundos próprios no financiamento do grupo autárquico consolidado, demonstrando qual a dependência perante os capitais alheios. Pela análise efectuada verifica-se que a autonomia financeira do grupo autárquico registou um ajustamento em alta, continua a apresentar valores elevados e reforçou a baixa dependência perante os capitais alheios.

Autonomia Financeira - relaciona os Fundos Próprios com o Ativo Líquido.

Amilcar

INDICADORES DE EQUILÍBRIO DE MLP DO GRUPO CONSOLIDADO

INDICADORES		ANOS		VARIAÇÃO	ANOS		VARIAÇÃO
		2016	2015	2016/2015	2015	2014	2015/2014
SOLVABILIDADE I	Fundo Patrimonial/Passivo	196,97%	182,95%	14,03%	182,95%	175,36%	7,58%
SOLVABILIDADE II	Ativo Líquido/Passivo	296,97%	282,95%	14,03%	282,95%	275,36%	7,58%
SOLVABILIDADE ADAPTADA	(Ativo líquido Total-BDPLíquido)/Passivo	232,50%	221,29%	11,21%	221,29%	213,43%	7,86%
AUTONOMIA FINANCEIRA	Fundo Patrimonial/Ativo Líquido	66,33%	64,66%	1,67%	64,66%	63,68%	0,97%

Os indicadores de equilíbrio de curto prazo do grupo consolidado demonstram claramente a existência de liquidez para fazer face ao passivo exigível circulante ou de curto prazo, tendo aumentado o indicador de liquidez geral, pelo efeito conjugado de diminuição do passivo circulante (4,58%) e de aumento do ativo circulante (3,48%). O indicador de liquidez imediata aumentou, devido ao aumento das disponibilidades (23,97%) e pela diminuição do passivo circulante (4,58%).

Efectivamente os rácios de liquidez geral e reduzida, apresentam valores muito superiores ao patamar dos 100%, sendo portanto positivos e tendo ambos aumentado.

INDICADORES DE EQUILÍBRIO DE CP DO GRUPO CONSOLIDADO

INDICADORES		ANOS		VARIAÇÃO	ANOS		VARIAÇÃO
		2016	2015	2016/2015	2015	2014	2015/2014
LIQUIDEZ GERAL	Ativo Circulante/Passivo Circulante	523,59%	482,77%	40,82%	482,77%	525,16%	-42,39%
LIQUIDEZ IMEDIATA	Disponibilidades/Passivo Circulante	465,05%	357,94%	107,11%	357,94%	357,46%	0,48%

Os indicadores de imobilizações do grupo consolidado, permitem-nos retirar da sua análise algumas conclusões, nomeadamente no referente à boa cobertura do imobilizado líquido por capitais permanentes ou pelo fundo patrimonial, tendo ambos os indicadores aumentado.

A cobertura do imobilizado líquido por capitais alheios apesar de no seu global ter diminuído, devido à diminuição do valor do imobilizado líquido, diminuiu no referente aos capitais alheios de MLP e de CP.

O indicador do imobilizado líquido total demonstra, apesar de ter sofrido uma pequena descida, por força de o imobilizado líquido ter apresentado uma diminuição superior à verificada no ativo líquido, o elevado peso que os bens do imobilizado representam para o grupo autárquico. Este mesmo indicador, mas referente aos bens do domínio público, demonstra

Amilcar

qual o seu peso no total do ativo líquido. Assume em termos do grupo autárquico um valor elevado, tendo descido ligeiramente.

INDICADORES DE IMOBILIZAÇÕES DO GRUPO CONSOLIDADO

INDICADORES		ANOS		VARIAÇÃO	ANOS		VARIAÇÃO
		2016	2015	2016/2015	2015	2014	2015/2014
Indicador das Imobilizações I	Capitais Permanentes / Imobilizado Líquido	76,19%	75,02%	1,1708%	75,02%	73,45%	1,5614%
Indicador das Imobilizações II	Fundo Patrimonial / Imobilizado Líquido	71,89%	69,90%	1,9935%	69,90%	68,00%	1,9048%
Indicador das Imobilizações III	Capitais Alheios MLP / Imobilizado Líquido	4,29%	5,12%	-0,8227%	5,12%	5,46%	-0,3434%
Indicador das Imobilizações IV	Capitais Alheios CP / Imobilizado Líquido	1,55%	1,59%	-0,0376%	1,59%	1,24%	0,3413%
Percentagem de Imobilizado Líquido Total	Imobilizado Líquido / Ativo Líquido	92,26%	92,50%	-0,2427%	92,50%	93,66%	-1,1602%
Percentagem de Imobilizado Líquido de Bens do Domínio Público	Imobilizado de BDP / Ativo Líquido	21,71%	21,79%	-0,0795%	21,79%	22,49%	-0,7013%

No que diz respeito aos indicadores de endividamento do grupo consolidado, que face aos valores apresentados demonstram claramente a diminuta exposição do grupo autárquico ao endividamento, expõe-se o seguinte:

- O passivo do grupo autárquico situa-se nos 33,67% do ativo líquido, tendo diminuído, mantendo-se bastante inferior a metade do seu valor.
- Os empréstimos de médio e longo prazo do grupo correspondem a 3,50% do ativo líquido, tendo decrescido, apresenta um valor extremamente baixo.
- As dívidas de curto prazo apresentam valores correspondentes apenas a 1,43% do ativo líquido, tendo ainda diminuído ligeiramente. Os empréstimos com exigibilidade a curto prazo apenas correspondem a 0,91% do ativo líquido, tendo aumentado ligeiramente.
- As dívidas de médio e longo prazo quando comparadas com o passivo, apenas representam 11,76% do mesmo, tendo diminuído quando comparadas com o ano de 2015.
- As dívidas de curto prazo apenas representam 4,24% do valor do passivo do grupo, tendo registado uma ligeira subida em relação ao ano anterior.

Ambrósio
[Signature]

INDICADORES DE ENDIVIDAMENTO DO GRUPO CONSOLIDADO

INDICADORES		ANOS		VARIAÇÃO	ANOS		VARIAÇÃO
		2016	2015	2016/2015	2015	2014	2015/2014
Endividamento	Passivo/Ativo Líquido	33,67%	35,34%	-1,67%	35,34%	36,32%	-0,97%
Endividamento de MLP	Dívidas de MLP/Ativo Líquido	3,96%	4,73%	-0,77%	4,73%	5,11%	-0,38%
Endividamento - Empréstimos de MLP	Empréstimos de MLP/Ativo Líquido	3,50%	4,24%	-0,75%	4,24%	5,05%	-0,81%
Endividamento de CP	Dívidas de Curto Prazo/Ativo Líquido	1,43%	1,47%	-0,04%	1,47%	1,17%	0,30%
Endividamento - Empréstimos de CP	Empréstimos de CP/Ativo Líquido	0,91%	0,83%	0,08%	0,83%	0,70%	0,12%
Estrutura de Endividamento I	Dívidas de MLP/Passivo	11,76%	13,39%	-1,63%	13,39%	14,08%	-0,69%
Estrutura de Endividamento II	Dívidas de Curto Prazo/Passivo	4,24%	4,15%	0,09%	4,15%	3,21%	0,94%
Endividamento de MLP (Excluindo o FAM)	Dívidas de MLP/Ativo Líquido	3,56%	4,24%	-0,68%	4,24%	5,11%	-0,87%
Endividamento de CP (Excluindo o FAM)	Dívidas de Curto Prazo/Ativo Líquido	1,33%	1,37%	-0,04%	1,37%	1,17%	0,20%

5. MAPA DOS FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADO

O mapa dos fluxos de caixa consolidado a seguir apresentado, funciona como um documento síntese de toda a execução orçamental do grupo autárquico, articulando e equilibrando os recebimentos e os pagamentos, quer de operações orçamentais quer de operações de tesouraria.

MAPA DOS FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADO

	(€)		
	2016	2015	Varição
Caixa e equivalentes no início	7.149.217,03	5.698.517,92	1.450.699,11
Execução Orçamental	6.525.377,65	5.114.201,25	1.411.176,40
Operações de tesouraria	623.839,38	584.316,67	39.522,71
Operações Orçamentais			
Operações correntes			
Recebimentos correntes	17.098.585,62	16.294.666,46	803.919,16
Despesas correntes	12.396.400,59	10.838.817,95	1.557.582,64
Resultados de operações correntes	4.702.185,03	5.455.848,51	-753.663,48
Operações de capital			
recebimentos de capital	2.653.481,30	1.426.079,60	1.227.401,70
Despesas de capital	4.508.318,82	4.507.791,63	527,19
Resultado de operações de investimento	-1.854.837,52	-3.081.712,03	1.226.874,51
REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS	1.586,19	1.099,00	487,19
Operações financeiras			
Recebimentos Financeiros	172.500,00	148.856,65	23.643,35
Pagamentos financeiros	1.200.692,22	1.112.915,73	87.776,49
Resultado das operações financeiras	-1.028.192,22	-964.059,08	-64.133,14
Operações de Tesouraria			
Recebimentos	918.662,71	905.354,78	13.307,93
Pagamentos	1.025.798,61	865.832,07	159.966,54
Resultado das operações tesouraria	-107.135,90	39.522,71	-146.658,61
Caixa e equivalentes no fim			
Execução Orçamental	8.346.119,13	6.525.377,65	1.820.741,48
Operações de tesouraria	516.703,48	623.839,38	-107.135,90

O resultado dos movimentos financeiros ocorridos no grupo autárquico como um todo durante o ano 2016, aparece refletido neste mapa, verificando-se que as entradas de fundos corresponderam a 20.844.815,82 euros, sendo 19.926.153,11 euros provenientes de receitas orçamentais e 918.662,71 euros resultantes de Operações de Tesouraria.

Amílcar

Desta forma, sendo a Despesa Global do Grupo autárquico, em termos orçamentais (total de 18.105.411,63 euros), inferior em 1.820.741,48 euros à receita efectivamente cobrada, e existindo um saldo inicial de 6.525.377,65 euros, o saldo a transitar para a gerência seguinte será de 8.346.119,13 euros. A este saldo acrescem 516.703,48 euros como saldo de operações de tesouraria.

Da análise do quadro podemos verificar que, no ano de 2016, o fluxo financeiro de entradas em caixa e destinados a outras entidades foram de 918.662,71 euros, enquanto os movimentos de saída totalizaram o valor de 1.025.798,61 euros. Estas Operações de Tesouraria (OT) são operações de entrada e saída de fundos à margem do orçamento, sendo apenas objeto de movimentação contabilística no sistema da contabilidade patrimonial. São consideradas OT as cobranças que neste caso o grupo municipal realiza para terceiros.

6. Factos relevantes ocorridos após o termo do exercício

Após o termo do exercício de 2016 não se verificaram a ocorrência de factos relevantes.

13

7. Balanço consolidado do grupo autárquico

		MUNICÍPIO DE ANADIA BALANÇO CONSOLIDADO GRUPO AUTÁRQUICO DE ANADIA A 31/12/2016			
		(€)			
Codigo das contas POCAL	ACTIVO	Exercícios			
		2016		2015	
		AB	AP	AL	AL
	Imobilizado				
	Bens de domínio publico:				
451	Terrenos e recursos naturais	1 571 334,89	0,00	1 571 334,89	1 564 272,89
452	Edifícios	0,00	0,00	0,00	0,00
453	Outras construções e infra-estruturas	54 417 505,00	27 746 927,48	26 670 577,52	27 707 324,60
455	Bens do patrimonio histórico, artístico e cultural	1 075,00	1 075,00	0,00	0,00
459	Outros bens de domínio publico	0,00	0,00	0,00	0,00
445	Imobilizações em curso	725 501,38	0,00	725 501,38	397 850,23
446	Adiantamentos por conta de bens de domínio publico	0,00	0,00	0,00	0,00
		56.717.416,27	27.750.002,48	28.967.413,79	29.669.407,72
	Imobilizações incorpóreas:				
431	Despesas de instalação	0,00	0,00	0,00	0,00
432	Despesas de investigação e de desenvolvimento	0,00	0,00	0,00	0,00
433	Propriedade industrial e outros direitos	236 183,97	235 287,97	1 196,00	1 143,88
444	Imobilizações em curso	0,00	0,00	0,00	0,00
449	Adiantamentos por conta de imobilizações incorpóreas	0,00	0,00	0,00	0,00
		236.484,97	235.287,97	1.196,00	1.143,88
	Imobilizações corpóreas:				
421	Terrenos e recursos naturais	12 133.802,69	0,00	12 133.802,69	11 690 433,86
422	Edifícios e outras construções	123.086 716,79	49 507 269,59	71 579 447,20	75 964 349,76
423	Equipamento básico	7 463.888,79	6 054 640,25	1 409 248,53	1 557 567,50
424	Equipamento de transporte	4 267 791,41	1 415.459,03	852 322,38	766.620,18
425	Ferramentas e utensílios	181 454,35	171.377,48	10 076,87	8.199,23
426	Equipamento administrativo	2 749 835,64	2 673 502,55	76 333,09	102.613,45
427	Taras e vestilhame	1 756,26	1 756,26	0,00	0,00
429	Outras imobilizações corpóreas	131 200,04	115.896,79	15 303,25	16.813,06
442	Imobilizações em curso	1 145.621,55	0,00	1 145.621,55	833.030,95
448	Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas	0,00	0,00	0,00	0,00
		151 162.057,31	61.036.903,95	80 422 153,56	91 345.427,99
	Investimentos financeiros:				
411	Partes de capital	60.605,00	0,00	60 605,00	60.605,00
412	Obrigações e títulos de participação	938.028,74	0,00	938 028,74	938 028,74
414	Investimentos em imóveis	1 965.047,25	168.484,24	1 896 563,01	1 725 729,79
415	Outras aplicações financeiras	2 517,64	0,00	2 517,64	1 143,88
441	Imobilizações em curso	0,00	0,00	0,00	0,00
447	Adiantamentos por conta de investimentos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
		4.966.198,63	268.484,24	4 697 714,39	4.925 707,42
	Circulante				
	Existências:				
36	Materias-primas, subsidiárias e em consumo	187 793,30	0,00	187 793,30	190 990,58
35	Produtos e trabalho em curso	0,00	0,00	0,00	0,00
34	Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00	0,00	0,00	0,00
33	Produtos acabados e intermedios	0,00	0,00	0,00	0,00
32	Mercadorias	0,00	0,00	0,00	0,00
37	Adiantamentos por conta de compras	0,00	0,00	0,00	0,00
		187 793,30	0,00	187 793,30	190 990,58
	Dívidas de terceiros - Média e longo prazo (al)				
		0,00	0,00	0,00	0,00
	Dívidas de terceiros - Curto prazo:				
28	Empréstimos concedidos	0,00	0,00	0,00	0,00
212	Clientes c/c	559 300,61	0,00	559 300,61	120 051,38
212	Contribuintes c/c	1 380,17	0,00	1 380,17	903,23
213	Utentes c/c	8 361,69	0,00	8 061,69	6 068,44
218	Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa	168 259,72	168 259,72	0,00	0,00
251	Devedores pela execução do orçamento	0,00	0,00	0,00	0,00
229	Adiantamentos a fornecedores	453,06	0,00	453,06	169,50
2619	Adiantamentos a fornecedores de imobilizado	0,00	0,00	0,00	0,00
24	Estado e outros entes publicos	167 898,87	0,00	167 898,87	140 004,39
264	Administração autárquica	0,00	0,00	0,00	0,00
262+263+267+268	Outros devedores	89 706,11	0,00	89 706,11	1 887 791,30
		1 295 970,23	168 259,72	927 710,51	2 002 090,24
	Títulos negociáveis:				
151	Ações	0,00	0,00	0,00	0,00
152	Obrigações e títulos de participação	0,00	0,00	0,00	0,00
153	Títulos da dívida publica	0,00	0,00	0,00	0,00
159	Outros títulos	0,00	0,00	0,00	0,00
18	Outras aplicações de investimento	0,00	0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00
	Depósitos em instituições financeiras e caixas:				
12	Depósitos em instituições financeiras	4 855 993,44	0,00	4 855 993,44	1 142 792,06
11	Caixa	6 679,27	0,00	6 679,27	9 452,27
		4 862 672,71	0,00	4 862 672,71	1 152 244,33
	Acréscimos e diferimentos:				
271	Acrescimos de provisões	44 739,99	0,00	44 739,99	624 269,75
272	Outros diferimentos	11 129,73	0,00	11 129,73	15 262,35
		55 869,72	0,00	55 869,72	639 532,10
	Impostos diferidos:				
		0,00	0,00	0,00	0,00
	Total do activo	232 782 922,94	10 161 338,16	133 413 054,48	136 154 187,96

MUNICÍPIO DE ANADIA
BALANÇO CONSOLIDADO GRUPO AUTÁRQUICO DE ANADIA A 31/12/2016

Código das Contas POCAL	FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO	Exercícios	
		2016	2015
	Fundos próprios:		
51	Património	74.493.575,93	74.493.575,93
	Diferenças de consolidação	4.828,85	-8.042,80
55	Ajustamento de partes de capital em empresas		
56	Reservas de reavaliação		
	Reservas		
571	Reservas legais	8.697.282,43	8.649.836,70
572	Reservas estatutárias		
573	Reservas contratuais		
574	Reservas livres		
575	Subsídios	51.166,00	51.166,00
576	Doações	14.927,49	14.927,49
577	Reservas decorrentes da transferência de activos		
58	Outras variações no capital próprio		
59	Resultados transitados	4.610.934,70	3.785.339,18
88	Resultado líquido do exercício	425.202,86	870.090,98
	Total dos Fundos Próprios do Grupo	88.297.726,02	87.856.893,48
	Interesses minoritários	195.352,96	177.034,16
	Total dos Fundos próprios	88.493.078,98	88.033.927,64
	Passivo:		
29	Provisões para riscos e encargos	0,00	0,00
	Dívidas a terceiros - Médio e longo prazos (a)		
2312	Dívidas a instituições de crédito	4.666.215,60	5.776.424,47
2613 + 2685	Outros credores	618.076,93	666.448,74
	Passivos por impostos diferidos	5.284.292,53	6.442.873,21
	Dívidas a terceiros - Curto prazo:		
23111	Empréstimos de curto prazo	1.209.986,22	1.127.969,57
269	Adiantamentos por conta de vendas		
221	Fornecedores c/c	6.590,54	18.298,90
228	Fornecedores - Facturas em recepção e conferência		
252	Credores pela execução do orçamento		
217	Clientes e utentes c/ caução	9.924,83	9.924,83
219	Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes		
2611	Fornecedores de Imobilizado c/c		6.341,22
24	Estado e outros entes públicos	111.536,43	75.696,08
264	Administração autárquica		
262+263+267+268	Outros credores	567.728,24	758.065,75
2613	Contratos Leasing		
		1.905.766,26	1.997.296,35
	Acréscimos e diferimentos:		
273	Acréscimos de custos	1.002.649,50	1.062.523,88
274	Provetos diferidos	36.733.367,21	36.617.576,90
		37.736.516,71	39.680.100,78
	Total dos fundos próprios e do passivo	133.419.654,48	136.154.197,98

8. Demonstração de Resultados Consolidada do grupo autárquico

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADA GRUPO AUTÁRQUICO DE ANADIA A 31/12/2016

(€)

		2016		2015	
		CONSOLIDADO		CONSOLIDADO	
Custos e Perdas					
61	Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas:				
	Mercadorias				
	Matérias	528.496,44	528.496,44	858.047,57	858.047,57
62	Fornecimentos e serviços externos	5.358.642,78		4.947.667,04	
	Custos com pessoal:				
641+642	Remunerações	3.600.913,22		3.369.743,58	
643 a 648	Encargos sociais	972.100,24	9.931.656,24	859.916,25	9.177.326,87
63	Transferências correntes concedidas e prestações sociais	1.283.010,06	1.283.010,06	913.009,47	913.009,47
66	Amortizações do exercício	6.860.107,46		6.832.888,25	
67	Provisões do exercício	0,00	6.860.107,46	305.611,82	7.138.500,07
65	Outros custos e perdas operacionais	45.555,24	45.555,24	88.465,55	88.465,55
	(A)		18.648.825,44		18.175.349,53
68	Custos e perdas financeiros	224.211,21	224.211,21	295.626,94	295.626,94
	(C)		18.873.036,65		18.470.976,47
69	Custos e perdas extraordinários	555.147,65	555.147,65	873.360,46	873.360,46
	(E)		19.428.184,30		19.344.336,93
86	Imposto sobre o rendimento do exercício	89,64	89,64	1.685,09	1.685,09
	(G)		19.428.273,94		19.346.022,02
88	Resultado líquido do exercício		425.217,74		835.007,66
	- Grupo autárquico		425.202,86		870.090,98
	- Interesses minoritários		14,88		-35.083,32
			19.853.491,68		20.181.029,68
Proveitos e ganhos					
	Vendas e prestações de serviços				
7111	Vendas de mercadorias				
7112+7113	Vendas de produtos	1.294.009,10		1.334.808,50	
712	Prestações de serviços	2.301.520,76	3.595.529,86	1.953.855,36	3.288.662,86
72	Impostos e taxas	3.957.602,73		4.330.247,28	
	Variação da produção a)	0,00			
74	Subsídios à exploração	3.759,28			
75	Trabalhos para a própria entidade	311.861,67		692.114,87	
73	Proveitos suplementares	0,00			
74	Transferência e subsídios correntes obtidos:	8.666.542,80		8.568.177,27	
76	Outros proveitos e ganhos operacionais	23.280,00	12.963.046,48	25.305,01	13.615.844,43
	(B)		16.558.576,34		16.904.508,29
78	Proveitos e ganhos financeiros	946.693,01	946.693,01	935.595,44	935.595,44
	(D)		17.505.269,35		17.840.103,73
79	Proveitos e ganhos extraordinários	2.348.222,33	2.348.222,33	2.340.925,95	2.340.925,95
	(F)		19.853.491,68		20.181.029,68

Resumo

Resultados operacionais: (B) - (A) =	-2.090.249,10	-1.270.841,24
Resultados financeiros: (D-B) - (C-A) =	722.481,80	639.968,50
Resultados correntes: (D) - (C) =	-1.367.767,30	-630.872,74
Resultado antes de impostos: (F) - (E) =	425.307,38	836.692,75
Resultado líquido do exercício: (F) - (G) =	425.217,74	835.007,66

2016
[Handwritten signature]

9. Mapa de fluxos de caixa consolidados de operações orçamentais do grupo autárquico

MAPA DE FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADOS DE OPERAÇÕES ORÇAMENTAIS (exercício de 2016)

Recebimentos			Pagamentos		
Saldo da gerência anterior		7.149.217,03	Despesas orçamentais		18.105.411,63
Execução orçamental	6.525.377,65		Correntes	13.597.092,81	
Operações de tesouraria	623.839,38		Capital	4.508.318,82	
Receitas orçamentais		19.926.153,11	Operações de tesouraria		1.025.798,61
Correntes		17.271.085,62	Saldo para a gerência seguinte		8.862.822,61
Capital		2.653.481,30	Execução orçamental		8.346.119,13
Receitas Outras		1.586,19	Operações de tesouraria		516.703,48
Operações de tesouraria		918.662,71			
<i>Total</i>		27.994.032,85	<i>Total</i>		27.994.032,85

MAPA DE FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADOS DE OPERAÇÕES ORÇAMENTAIS (exercício de 2015)

Recebimentos			Pagamentos		
Saldo da gerência anterior		5.698.517,92	Despesas orçamentais		16.459.525,31
Execução orçamental	5.114.201,25		Correntes	11.951.733,68	
Operações de tesouraria	584.316,67		Capital	4.507.791,63	
Receitas orçamentais		17.870.701,71	Operações de tesouraria		865.832,07
Correntes		16.443.523,11	Saldo para a gerência seguinte		7.149.217,03
Capital		1.426.079,60	Execução orçamental		6.525.377,65
Receitas Outras		1.099,00	Operações de tesouraria		623.839,38
Operações de tesouraria		905.354,78			
<i>Total</i>		24.474.574,41	<i>Total</i>		24.474.574,41

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

CONSOLIDADAS

2016

INTRODUÇÃO

O Município de Anadia apresenta as demonstrações financeiras consolidadas, de acordo com o Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), relativas ao exercício de 2016, reportado a 31 de Dezembro.

As demonstrações financeiras consolidadas do grupo autárquico foram efetuadas segundo as normas previstas na Portaria n.º 474/2010, de 15 de Junho, através da qual é aprovada a orientação n.º.1/2010, que estabelece um conjunto de princípios que devem estar subjacentes à consolidação de contas.

As notas do presente Anexo incluem as informações financeiras sobre os saldos e fluxos financeiros entre as entidades alvo de consolidação, mapa de endividamento de médio longo prazo, bem como os mapas exigidos pelo n.º 7 do artigo 75.º, Lei que Estabelece o Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, adiante designado por RFALEI, nomeadamente Balanço, Demonstração de Resultados e Fluxos de Caixa Consolidados.

1. Informações relativas às entidades incluídas no perímetro de consolidação e a outras entidades participadas:

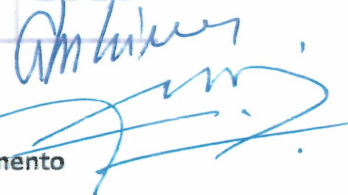
1.1 Entidades Incluídas na Consolidação

Do cumprimento no disposto no n.º 1 do artigo 75.º do RFALEI, surge o grupo autárquico composto pelas seguintes entidades:

1.1.1. Entidade Mãe - Município de Anadia

Sede Social – largo do Município 3780-215 Anadia

Atividade Principal - Atividades desempenhadas no âmbito das atribuídas pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, nomeadamente na área da segurança, proteção civil e luta contra incêndios, educação, saúde, ordenamento do território, cultura, proteção do meio ambiente e conservação da natureza, água, saneamento e resíduos sólidos, energia, comércio e turismo.



1.1.2. Empresa Local – WRC-Web para a Região Centro, Agência de Desenvolvimento Regional, EIM, SA

Sede Social: Curia Tecnoparque, 3780-544 Tamengos

Atividade Principal: Promoção de ações geradoras de emprego e que permitam fomentar a coesão e melhorar a qualidade de vida na Região Centro, em atividades de serviços, indústria e comércio exclusivamente relacionadas com a sociedade de informação e a nova economia.

Composição dos Órgãos Sociais:

Órgãos Sociais	
Triénio 2014/2016	
Conselho de Administração	
Presidente:	João Vasco Ribeiro
Vice-Presidente:	José Simões Marques
Vogal:	Pedro Maranha Tiago
Suplente:	Jorge Eduardo Ferreira Sampaio
Mesa da Assembleia Geral	
Presidente:	Liténio Augusto Marques (Mun. Anadia)
Vogal:	Rosa Reis Marques (Mun. Coimbra)
Vogal:	Rui Jorge da Silva Antunes (IPC Coimbra)
Fiscal Único	
Efetivo	Noras Silvério & Bizarro do Vale, SROC, Lda.
Suplente:	Pedro Roque, SROC, Unip., Lda.

Órgão de fiscalização: Noras Silvério & Bizarro do Vale, SROC, Lda.

Sistema aplicável de Contabilidade: Sistema de Normalização Contabilística

Tipo de Entidade: Empresa do Setor Empresarial Local

Data referência da Prestação de Contas: 31 de dezembro de 2016

Estado das contas do exercício (e anteriores se pertinente): Aprovadas em Assembleia Geral realizada a 17 de março 2017.

Capital/participação detida: 69,2%. totalmente de forma direta

Número médio de trabalhadores: 19

Motivo da inclusão no perímetro de consolidação: A detenção de uma participação de 69,20% constitui, segundo o definido na Portaria 474/2010, indicação de poder de controlo, pelo que deve constar do perímetro de consolidação.

Método Consolidação aplicado: Método de consolidação integral.

De salientar que esta Empresa local, considerando as contas relativas ao ano findo em 31.12.2016, encontra-se numa situação de perda de mais de metade do capital social pelo que está sujeita às regras do artigo 35.º do Código das Sociedades Comerciais. Adicionalmente, as referidas contas da participada à data de 31.12.2016, lidas em conjunto com a respetiva Certificação Legal das Contas, permitem constatar a ocorrência de prejuízos pelo terceiro ano consecutivo, pelo que, ao abrigo do artigo 62.º da Lei 50/2012 de 31 de agosto, deverão ser tomadas as medidas nelas previstas sem prejuízo da aplicação dos regimes previstos nos artigos 63º a 65º da mencionada Lei. Finalmente, importa ainda referir que a Empresa Local tinha à data de referência das Demonstrações Financeiras (31.12.2016) um dívida a Instituição de Crédito no valor de 100 mil euros, que não foi considerada no reporte do valor do endividamento do Município aquela data.

1.2 – Fluxos entre as duas entidades

Durante o ano de 2016 a contabilidade do Município de Anadia registou as seguintes operações com a WRC – Agência de Desenvolvimento Regional, SA:

- i) Valor das transações: 307,50€ de receita emitida e cobrada e 41.512,50€ de despesa realizada e paga.
- ii) Não existe nenhum saldo pendente na rubrica de fornecedores a favor dessa entidade, não sendo reconhecida qualquer dívida nem existindo qualquer crédito a favor desta entidade.
- iii) No sentido de dar cumprimento ao disposto no nº2 do artigo 40 da lei nº 50 de 2012 foi transferida a 30/05/2016 para esta entidade a importância de 77.657,49€ destinada a cobrir nos termos do nº3 do artigo 40 da referida lei os resultados líquidos negativos antes de impostos, na proporção da participação social detida pelo município de Anadia. Nos termos do seu nº 4 esta verba deve ser transferida no mês seguinte à apreciação das contas da empresa local, nos termos e nos prazos da lei comercial.

2. Entidades Excluídas da Consolidação

MAPA DAS ENTIDADES PARTICIPADAS alinea c) do nº 2 do artigo 46º da Lei nº 73/2013 de 3 de setembro

Nome da Entidade	NIF	Valor da Participação	Participação do Município	Justificativo
Entidades Participadas Societárias:				
ERSUC-Resíduos Sólidos do Centro, SA.	503004405	55.105,00 €	1,35%	a)
Entidades Participadas Não Societárias:				
		Valor da quota anual		
ABAP-Associação do Beira Atlântico Parque	504843354	500,00 €	-	b)
ANMP-Associação Nacional Municípios Portugueses	501627413	4.816,00 €	-	c)
Associação Plataforma p/a Construção Sustentável	508242339	2.500,00 €	-	b)
Associação Termas de Portugal	503975281	1.200,00 €		b)
Associação Rota da Bairrada	507946626	1.200,00 €	-	b)
CIRA-Comunidade Intermunicipal Região de Aveiro	508771935	27.851,00 €	-	c)
FAM - Fundo Apoio Municipal	513319182	933.028,74 €	Participação total	b)
Associação Caminhos de Fátima	513836250	3.900,00 €	-	c)
AMPV-Associação de Municípios Portugueses do Vinho	508038430	1.300,00 €	-	c)

- a) As empresas participadas (art.º 3º e 51º e seguintes da Lei nº 50/2012, de 31 de agosto) nunca serão incluídas nos perímetros de consolidação dos municípios, pois, neste caso, não é susceptível existir controlo ou presunção de controlo por parte do setor local.
- b) As entidades intermunicipais e associativas municipais são entidades mãe ou consolidantes, pelo que nunca integram os perímetros de consolidação de qualquer município (nº 2 do artigo 75.º do RFALEI).
- c) As entidades de outra natureza (nº 3 do artigo 75.º do RFALEI), onde se verifique a inexistência ou presunção de controlo (n.ºs 4 e 5 do artigo 75.º do RFALEI), e não se enquadrarem de entidades especificamente elencadas no nº 6 do artigo 75.º do RFALEI.

3. Informações de procedimentos de consolidação

Para garantir uma uniformização da informação da entidade incluída no perímetro de consolidação foram convertidos para o POCAL, através de reclassificações e ajustamento que

se revelam necessários, os documentos de prestação de contas da entidade consolidada, uma vez que são concebidos em SNC – Sistema de Normalização Contabilística.

O município de Anadia utiliza no processo de consolidação o método de consolidação integral.

Este método consiste na integração nas demonstrações financeiras da entidade consolidante dos elementos das demonstrações financeiras das entidades consolidadas.

4. Informações sobre o Endividamento de médio e longo prazo

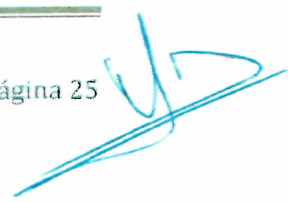
O quadro seguinte permite-nos visualizar o endividamento consolidado de médio e longo prazo, de acordo com o nº7 do artigo 75º da Lei 73/2013, desagregada por rubrica patrimonial.

Dívidas a terceiros de médio/longo prazos

Ano: 2016
(unidade: euro)

Código/designação das contas	Dívidas a terceiros de médio/longo prazo			Eliminação de créditos/dívidas recíprocas	Grupo local consolidado
	MUNICIPIO	WRC	TOTAL		
23	4.666.215,60	0,00	4.666.215,60	0,00	4.666.215,60
264	618.076,93	0,00	618.076,93	0,00	618.076,93
Total	5.284.292,53	0,00	5.284.292,53	0,00	5.284.292,53

A evolução da dívida decorrente de empréstimos de médio e longo prazo do grupo autárquico, e que se confina apenas ao Município de Anadia, pode ser visualizado no quadro seguinte, verificando-se, que se manteve a tendência descendente de 2015 em que registou uma descida de 12,25%, em 2016 a dívida passou de 6.904.394,04 euros para os 5.776.201,82 euros, ou seja, registou uma descida de 16,34%.



Evolução do Stock da Dívida

Descrição	2016	2015	2014
1- Dívida empréstimos m/l prazo no início do período	6.904.394,04	7.868.025,91	8.209.149,20
2- empréstimos contraídos e utilizados no período	0,00	0,00	510.163,40
3- Juros Capitalizados	0,00	0,00	0,00
4- Amortizações do período	1.128.192,22	963.631,87	851.286,69
1- Dívida empréstimos m/l prazo no final do período (1+2+3-4)	5.776.201,82	6.904.394,04	7.868.025,91
Taxa de Evolução da Dívida	-16,34%	-12,25%	-4,16%

5. Informações sobre saldos e fluxos financeiros

Os saldos e fluxos financeiros (alínea d) do n.º7 da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro) da entidade consolidante e consolidadas resultam no seguinte mapa.

AJUSTAMENTOS DE CONSOLIDAÇÃO 2016 - CMA/WRC				
Descrição	Conta(s) a débito	Conta(s) a crédito	Valor(es) a débito	Valor(es) a crédito
A) Anulação de saldos e transações intragrupo				
1. Aluguer de espaço na Feira da Vinha e do Vinho	712	62	307,50	307,50
2. Serviços Prestados pela WRC	712	62	41.512,50	41.512,50
3. Direito de superfície Edifícios Quinta dos Cabrais		433		667.000,00
	48		333.500,00	
	274		333.500,00	
	78	66	33.350,00	33.350,00
4. Saldo intragrupo (diferença consolidação)	59	211	1.814,99	1.814,99
B) Homogeneização de políticas				
2. Impostos diferidos passivos	Imp. dif.	58	425,00	425,00
3. Subsídios ao investimento-atribuído Munic. Anadia	58	59	2.500,00	2.500,00
C) Anulação da participação financeira e reconhecimento da diferença consolidação				
		411		952.000,00
	48		517.918,96	
	51		946.829,00	
				692,00
		59		507.227,11
			4828,85	
D) Reconhecimento dos interesses minoritários (não controlados)				
		Int. minoritarios		195.352,96
		Int. minoritarios		-14,88
	51		421.421,00	
				308,00
		59		225.774,92
			421.421,00	421.421,00

6. Informações relativas a compromissos

Os compromissos assumidos pelo Município de Anadia para exercícios futuros assumem à data de 31/12/2016 o valor de 1.639.275,66€.

7. Informações relativas a políticas contabilísticas

Na preparação das demonstrações financeiras consolidadas foram cumpridos os critérios valorimétricos definidos no ponto 4 do POCAL. Nas entidades incluídas no perímetro de consolidação foram convertidos os seus próprios critérios de valorimetria em critérios uniformes ao grupo local.

7.1 Imobilizações

Os bens de imobilizado do grupo autárquico foram registados pelo custo de aquisição, deduzindo as respetivas depreciações e provisões. Nos casos em que não é conhecido o valor de aquisição, procede-se à devida avaliação, segundo os critérios adequados.

As despesas de reparação e manutenção sem grande relevo são consideradas como custo no ano que ocorrem.

As amortizações como definido no ponto 2.7.2. do POCAL foram efetuadas segundo o método das quotas constantes.

Investimentos Financeiros

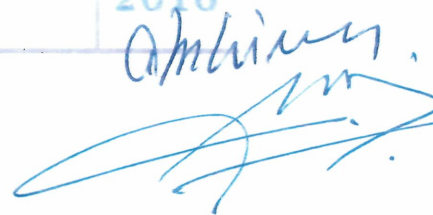
Os Investimentos Financeiros (partes de capital) foram contabilizados pelo custo de aquisição, deduzido das correspondentes amortizações/provisões.

7.2 Locação Financeira

Não existiram bens utilizados em regime de locação financeira.

7.3 Existências

As existências são valorizadas ao custo de aquisição, tendo como critério de custeio das saídas o custo médio ponderado.



7.4 Provisões

As provisões são calculadas com base no princípio da prudência.

São calculadas de acordo com o estabelecido no ponto 2.7.1 do POCAL (Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro).

7.5 Dívidas de e a terceiros

As dívidas de e a terceiros são expressas pelas importâncias constantes dos documentos que as titulam, sendo expressas em euros.

7.6 Disponibilidades

As disponibilidades de caixa e em depósitos em instituições financeiras exprimem os montantes dos meios de pagamento e dos saldos de todas as contas de depósito, sendo os mesmos expressos em euros.

7.7 Especialização do exercício

No grupo consolidado autárquico cada uma das entidades, regista os seus custos e proveitos de acordo com o princípio da especialização do exercício. As receitas e despesas são reconhecidas à medida que são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas.

As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas na rubrica "Acréscimos e Diferimentos".

8. Informações relativas a diversas rubricas

a) Comentário das rubricas «despesas de instalação» e «despesas de investigação e de desenvolvimento»

No exercício não houve movimentos

b) Movimentos ocorridos nas rubricas do ativo imobilizado constante do balanço consolidado e nas respectivas amortizações e ajustamentos.



ATIVO IMOBILIZADO BRUTO CONSOLIDADO - 2016

Nº Conta	Designação	Saldo Inicial	Ajustamentos	Aumentos	Alienações	Transf.+Abates	Saldo Final
Bens de Domínio Público							
451	Terrenos e recursos naturais	1.564.232,89	0,00	7.102,00	0,00	0,00	1.571.334,89
453	Outras construções e infraestruturas	53.307.789,09	0,00	0,00	0,00	1.109.715,91	54.417.505,00
455	Bens do patrimônio histórico, artístico e cultural	3.075,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.075,00
445	Imobilizações em curso	397.850,23	-59.730,39	1.497.097,45	0,00	-1.109.715,91	725.501,38
		55.272.947,21	-59.730,39	1.504.199,45	0,00	0,00	56.717.416,27
Imobilizações Incorpóreas							
433	Propriedade industrial e outros direitos	236.360,21	0,00	123,76	0,00	0,00	236.483,97
Imobilizações Corpóreas							
421	Terrenos e recursos naturais	11.899.433,86	0,00	441.102,60	6.733,77	0,00	12.333.802,69
422	Edifícios e outras construções	121.520.483,13	0,00	77.096,77	0,00	1.489.136,89	123.086.716,79
423	Equipamento básico	7.154.480,73	-192,24	326.546,73	10.291,35	-6.655,09	7.463.888,78
424	Equipamento de transporte	4.202.400,25	0,00	26.752,50	41.693,48	80.322,14	4.267.781,41
425	Ferramentas e utensílios	196.871,82	0,00	5.654,97	21.072,44	0,00	181.454,35
426	Equipamento administrativo	2.735.836,07	0,00	31.386,78	0,00	-17.387,21	2.749.835,64
427	Taras e vasilhame	1.756,26	0,00	0,00	0,00	0,00	1.756,26
429	Outras imobilizações corpóreas	129.457,98	0,00	1.742,06	0,00	0,00	131.200,04
442	Imobilizações em curso	833.030,95	-6.810,24	1.907.972,23	0,00	-1.588.771,39	1.145.621,55
		148.673.751,05	-6.802,48	2.818.254,64	79.791,04	-43.354,66	151.362.057,51
Investimentos Financeiros							
411	Partes de capital	80.605,00	0,00	0,00	0,00	0,00	80.605,00
412	Obrigações e títulos de participação	938.028,74	0,00	0,00	0,00	0,00	938.028,74
4141	Investimentos em imóveis	4.177.905,12	0,00	0,00	212.857,87	0,00	3.965.047,25
415	Outras aplicações financeiras	1.343,89	1.173,75	0,00	0,00	0,00	2.517,64
441	Imobilizações em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		5.177.882,75	1.173,75	0,00	212.857,87	0,00	4.966.198,63
TOTAL		209.360.941,22	-65.359,12	4.322.577,85	292.648,91	-43.354,66	213.282.156,38

AMORTIZAÇÕES 2016

Nº Conta	Rubricas	Saldo Inicial	Reforço	Regularizações	Saldo Final
De Bens de domínio público					
4853	Outras construções e infraestruturas	25.600.464,49	2.146.462,99	0,00	27.746.927,48
4855	Bens do patrimônio histórico, artístico e cultural	3.075,00	0,00	0,00	3.075,00
		25.603.539,49	2.146.462,99	0,00	27.750.002,48
De Imobilizações Incorpóreas					
4833	Propriedade industrial e outros direitos	235.216,33	71,64	0,00	235.287,97
De Imobilizações Corpóreas					
4822	Edifícios e outras construções	45.556.133,37	3.960.099,22	8.963,00	49.507.269,59
4823	Equipamento básico	5.602.113,23	464.465,39	11.938,37	6.054.640,25
4824	Equipamento de transporte	3.235.780,07	225.559,42	45.880,46	3.415.459,03
4825	Ferramentas e utensílios	188.672,59	3.777,33	21.072,44	171.377,48
4826	Equipamento administrativo	2.633.222,62	58.038,47	17.758,54	2.673.502,55
4827	Taras e vasilhame	1.756,26	0,00	0,00	1.756,26
4829	Outras imobilizações corpóreas	110.644,92	5.253,37	0,00	115.898,79
		57.328.323,06	4.717.193,70	105.612,81	61.939.903,95
De Investimentos em imóveis					
4812	Edifícios e outras construções	252.175,33	24.215,15	7.906,24	268.484,24
TOTAL		83.419.254,21	6.887.943,48	113.519,05	90.193.678,64

c) Indicação dos custos suportados no exercício e respeitantes a empréstimos obtidos para financiar imobilizações, durante a construção, que tenham sido capitalizados nesse período.

Não aplicável

d) Montante dos ajustamentos de valor dos ativos abrangidos na consolidação que tenham sido objeto de amortizações e de provisões extraordinárias, feitas exclusivamente para fins fiscais, indicando os motivos que os justificaram.



Não aplicável

e) Indicação global, por categorias de bens, das diferenças materialmente relevantes, entre os custos de elementos do ativo circulante, calculados de acordo com os critérios valorimétricos adotados, e os respectivos preços de mercado.

Não aplicável

f) Fundamentação das circunstâncias especiais que justificaram a atribuição a elementos do ativo circulante de um valor inferior ao mais baixo custo ou do preço do mercado.

Não aplicável

g) Indicação e justificação das provisões extraordinárias respeitantes a elementos do ativo circulante relativamente aos quais, face a uma análise comercial razoável, se prevejam descidas estáveis provenientes de flutuações de valor.

Não aplicável

h) Montante total das dívidas a terceiros apresentadas no balanço consolidado, cobertas por garantias reais prestadas pelas entidades incluídas no perímetro de consolidação, com indicação da respectiva natureza, forma e norma habilitante à sua concessão.

Não aplicável.

i) Diferença, quando levada ao ativo, entre as importâncias das dívidas a pagar e as correspondentes quantias arrecadadas.

Não aplicável.

j) Repartição do valor líquido consolidado das vendas e das prestações de serviços, por categorias de atividades.

VALOR LIQUIDO CONSOLIDADO DAS VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS - 2016

Designação	Município Anadia	WRC	Correções/Anulações/ Consolidação	Total Consolidado
Vendas de Produtos	1.294.009,10	0,00	0,00	1.294.009,10
Prestações de Serviços	1.940.037,66	395.483,10	34.000,00	2.301.520,76
TOTAL	3.234.046,76	395.483,10	34.000,00	3.595.529,86

k) Efeitos na determinação do resultado consolidado do exercício resultantes de critérios de valorimetria não previstos e decorrentes de amortizações e de provisões extraordinárias efetuados com vista a obter vantagens fiscais, quer tenham sido feitas durante o exercício ou em exercícios anteriores, bem como informações adicionais quando tal valorimetria tiver

influência materialmente relevante nos impostos futuros do conjunto das entidades incluídas no perímetro de consolidação;

Não aplicável.

l) Diferença entre os impostos imputados à demonstração consolidada dos resultados do exercício e dos exercícios anteriores e os impostos já pagos e a pagar relativamente a esses exercícios, desde que essa diferença seja materialmente relevante para a determinação dos impostos futuros;

Não aplicável.

m) Indicação global relativamente às entidades incluídas no perímetro de consolidação das remunerações atribuídas aos membros de cada um dos órgãos executivos e de fiscalização pelo desempenho das respectivas funções, bem como dos órgãos deliberativos das entidades de natureza empresarial;

Os órgãos sociais da WRC não foram remunerados. O Revisor Oficial de Contas auferiu em 2016 a título de honorários o valor de 2.214,00€.

n) Indicação dos diplomas legais em que se baseou a reavaliação de imobilizações corpóreas ou de investimentos financeiros, bem como explicitação dos processos de tratamento de inflação adotados para o cálculo, no caso de utilização de outros métodos de reavaliação.

Não aplicável.

o) Elaboração de um quadro discriminativo das reavaliações.

Não aplicável.

p) Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados consolidados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior

Não aplicável.

q) Demonstração de Resultados Financeiros Consolidada:

Demonstração consolidada dos resultados financeiros

Ano:

2016
(unidade euro)

CUSTOS E PERDAS	EXERCÍCIOS			Codigo das Contas	PROJETOS E GANHOS	EXERCÍCIOS		
	2016	2015	2014			2016	2015	2014
Lucro sublecionado	134.653,08	160.267,76	171.428,02	751	Lucros obtidos	5.716,17	31.486,09	14.676,93
Perdas em entidades participadas	0,00	0,00	0,00	752	Perdas em entidades participadas	0,00	0,00	0,00
Amortização de investimentos em imóveis	33.031,26	24.024,11	31.001,22	765	Recolhimento de novo	337.323,72	400.023,54	330.592,14
Provisões para aplicações financeiras	26.284,74	33.366,35	264.395,05	764	Recolhimentos de participações de capital	2.954,72	3.227,41	3.228,00
Diferenças de câmbio desfavoráveis	3,99	0,00	0,00	766	Diferenças de câmbio favoráveis	0,00	0,00	0,00
Perdas na alienação de aplicações de tesouraria	0,00	0,00	0,00	767	Recolhimentos de pronto pagamento obtidos	58,49	58,49	0,00
Outros custos e perdas financeiros	39.752,14	17.764,93	14.694,34	767	Perdas na alienação de aplicações de tesouraria	0,00	0,00	0,00
Resultados financeiros	122.101,20	139.488,04	326.142,11	769	Outros projetos e ganhos financeiros	0,00	0,00	0,00
Total	946.693,31	939.505,44	848.615,84		Total	946.693,31	939.505,44	948.415,34

r) Demonstração de Resultados Extraordinários Consolidada:

Demonstração consolidada dos resultados extraordinários

Código das Contas	CUSTOS E PERDAS	EXERCÍCIOS			Código das Contas	PROJETOS E GANHOS	EXERCÍCIOS		
		2016	2015	2014			2016	2015	2014
		Ano: 2016 Unidade euro							
001	Transferências de capital concedidas	259.653,70	408.924,68	480.479,80	791	Restituições de impostos	0,00	0,00	0,00
002	Dívidas incorríveis	0,00	0,00	0,00	792	Recuperação de dívidas	0,00	0,00	0,00
003	Perdas amexistências	2.232,92	0,00	323,15	793	Ganhos amexistências	1.358,10	0,00	1.908,64
004	Perdas em mobilizações	159.987,90	425.261,00	182.170,44	794	Ganhos em mobilizações	144.214,15	468.231,43	240.008,22
005	Multas e penalidades	120,00	231,18	12.538,76	795	Benefícios de penalidades contratuais	15.143,60	6.392,50	4.337,38
006	Aumentos de amortizações e de provisões	0,00	0,00	0,00	796	Reduções de amortizações e de provisões	263.380,76	0,00	74,51
007	Correções relativas a exercícios anteriores	36.389,28	30.213,63	28.065,60	797	Correções relativas a exercícios anteriores	0,00	274,75	0,00
008	Outros custos e perdas extraordinários	10.263,15	2.928,78	48.047,17	798	Outros projetos e ganhos extraordinários	1.920.325,66	1.866.057,27	1.771.841,83
	Resultados extraordinários	1.793.074,68	1.487.585,49	1.288.342,84					
	Total	2.348.222,33	2.348.925,95	2.018.168,76		Total	2.348.222,33	2.348.925,95	2.018.168,76

s) Desdobramento das contas de provisões acumuladas:

Desdobramento da Conta de Provisões Acumuladas

Grupo Autárquico de Anadia

Ano: 2016

Contas	Saldo Inicial	Aumento	Redução	Saldo Final
19 Provisões para Aplicações de Tesouraria	0,00	0,00	0,00	0,00
291 Provisões para Cobranças Duvidosas	631.640,48	0,00	263.380,76	368.259,72
292 Provisões para Riscos e Encargos	0,00	0,00	0,00	0,00
39 Provisões para Depreciação de Existências	0,00	0,00	0,00	0,00
49 Provisões para Investimentos Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	631.640,48	0,00	263.380,76	368.259,72

t) Bens utilizados em regime de Locação Financeira:

Não aplicável

u) Valor global das dívidas que se encontram tituladas, por rubricas do balanço consolidado, quando nele não estiverem evidenciadas.

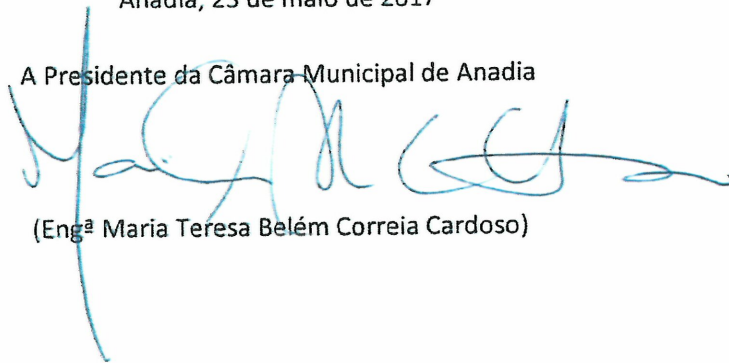
Não aplicável.

10. Informações diversas

Encontram-se em curso um conjunto de ações judiciais movidas contra o Município ou em que o Município é parte, maioritariamente administrativas, com processos de 2008 em diante, cujo valor das ações em tribunal totaliza cerca de 592 mil euros, sobre os quais, considerando os termos e até o histórico dos processos entretanto resolvidos, se considera reduzida a probabilidade de advirem responsabilidades.

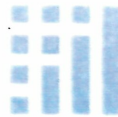
Anadia, 23 de maio de 2017

A Presidente da Câmara Municipal de Anadia



(Eng^a Maria Teresa Belém Correia Cardoso)





CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS CONSOLIDADAS

Opinião com reservas

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas do **Município de Anadia** (adiante designado por "Município" ou "Grupo") que compreendem o balanço consolidado em 31 de dezembro de 2016 (que evidencia um total de 133.419.654,48 euros e um total de fundos próprios de 88.493.078,98 euros, incluindo um resultado líquido de 425.202,86 euros), a demonstração consolidada dos resultados por naturezas e o mapa de fluxos de caixa consolidado de operações orçamentais relativos ao ano findo naquela data e o anexo às demonstrações financeiras consolidadas que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos da matéria referida na secção "Bases para a opinião com reservas" as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira consolidada do Município em 31 de dezembro de 2016 e o seu desempenho financeiro e fluxos e caixa consolidados relativos ao ano findo naquela data de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal previstos no Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais.

Bases para a opinião com reservas

Decorrente do processo de integração dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Anadia ("SMAS") na estrutura organizacional do Município, não foi possível validar a asserção valorização para um conjunto de infraestruturas (redes de água e saneamento) que se encontravam registadas no imobilizado corpóreo dos extintos SMAS, considerando a sua data de aquisição/construção, não obstante as referidas infraestruturas continuarem a revelar operacionalidade em face dos proveitos gerados e se encontrar já em curso o seu levantamento cadastral.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria ("ISA") e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão

SOLUS - Paulo Nunes Silva, António Pires Calado, João Paulo Ferreira

R. da Liberdade, 110 - 1.º andar - 4700-300 Anadia (Lombardia) - Portugal - Telef. 219 836 932 - Fax 219 836 937 - e-mail: gca@solus.pt
R. da Liberdade, 110 - 1.º andar - 4700-300 Anadia (Lombardia) - Portugal - Telef. 219 836 939 - Fax 219 836 937 - e-mail: gca@solus.pt
R. da Liberdade, 110 - 1.º andar - 4700-300 Anadia (Lombardia) - Portugal - Telef. 219 836 939 - Fax 219 836 937 - e-mail: gca@solus.pt
www.gca.pt



descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

Ênfase

Conforme mencionado na nota 1.1.2 do Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas, as presentes demonstrações financeiras consolidadas incluem, para além do Município como entidade mãe, apenas uma empresa local. Contudo, devemos sublinhar que as demonstrações financeiras individuais relativas ao período findo em 31.12.2016 da empresa local, apesar de revelarem resultados líquidos positivos, não consideram os impactos decorrentes das situações mencionadas pelo Auditor na CLC emitida, o que põe em causa o equilíbrio das suas contas, com as consequências daí decorrentes, designadamente os artigos 40.º da Lei 50/2012 de 31 de agosto e 54.º da Lei 73/2013 de 3 de setembro. Adicionalmente, este facto poderá ter ainda consequências ao nível da continuidade das operações da empresa local, considerando o disposto no n.º 1 do artigo 62.º da Lei 50/2012 e do artigo 35.º do Código das Sociedades Comerciais.

A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal previstos no Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais;
- elaboração do relatório de gestão consolidado nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir



Amílcar
[Handwritten signature]

- a preparação de demonstrações financeiras consolidadas isentas de distorção material devida a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
 - avaliação da capacidade do Grupo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que a auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;

[Handwritten signature] 23
[Handwritten signature]



- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- obtemos prova de auditoria suficiente e apropriada relativa à informação financeira das entidades ou atividades dentro do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela orientação, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e somos os responsáveis finais pela nossa opinião de auditoria.
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas.



Almeida
[Signature]

Relato sobre outros requisitos legais e regulamentares

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão consolidado foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Coimbra, 26 de maio de 2017

P. Matos Silva, Garcia Jr., P. Caiado & Associado, SROC, Lda

Representada por

João Paulo Ferreira
João Paulo Ferreira (ROC)

[Signature] 24
[Signature]

[Signature]

10

11



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

AUTENTICAÇÃO

O presente documento, numerado de um a vinte e quatro, é fotocópia autêntica do original arquivado no processo de actas.

Minuta da Deliberação

Ponto da Ordem do Dia n.º 2

O Coordenador Técnico,

Responsável pelo Apoio Administrativo
à Assembleia Municipal de Anadia

Sessão Ordinária

Reunião de 19 de Junho de 2017


(Cândido Filipe Rodrigues Alves)

Presenças na Votação

- P- 1. Adriano Martins Aires
(MIAP)
- P- 2. João José Nogueira de Almeida
(PPD/PSD)
- P- 3. Luís António Sousa Pinto dos Santos
(MIAP)
- P- 4. Carlos Alberto de Almeida Gonçalves
(PPD/PSD)
- P- 5. António Manuel Alves
(PS)
- P- 6. Jennifer Nunes Pereira
(MIAP)
- P- 7. Graciete da Piedade S. Vaz de Castro
(PPD/PSD)
- P- 8. Aníbal José Franco Ferreira
(MIAP)
- P- 9. José Manuel Oliveira Carvalho
(PPD/PSD)
- P- 10. Dino Augusto Ferreira Rasga
(MIAP)
- P- 11. André Miguel Matos Beja Henriques
(PS)
- P- 12. Licínio Ferreira dos Santos
(MIAP)
- P- 13. Artur Domingos Pires Salvador
(PPD/PSD)
- P- 14. Arménio Almeida Cerca
(MIAP)
- A- 15. Sara Filipa Seabra dos Reis
(PPD/PSD)
- P- 16. Mónica Filipa Morais da Silva
(PS)

- A- 17. António Rafael das Neves Timóteo
(MIAP)
- A- 18. Henrique Emanuel de Carlos Fidalgo
(PPD/PSD)
- P- 19. Sidónio Carvalho da C. Ferreira Simões
(CDS-PP)
- P- 20. Maria Alexandra Ferreira Henriques
(MIAP)
- A- 21. Ricardo César Galante Oliveira Manão
(PPD/PSD)
- P- 22. César Henrique S. Rangel e Andrade
(PPD/PSD)
- P- 23. Manuel Batista Veiga
(PPD/PSD)
- P- 24. José Arlindo Fernandes Simões
(MIAP)
- P- 25. Mário Fernando Neves Martinho
(MIAP)
- P- 26. Mário Severo de Matos Marinho
(MIAP)
- P- 27. António Ferreira de Carvalho
(MIAP)
- P- 28. Carla Catarina Moreira Fernandes
(MIAP)
- P- 29. Ema Paula da Silva Dias Pato
(MIAP)
- P- 30. Fernando Adelino Pina Fernandes
(PPD/PSD)
- P- 31. Óscar dos Santos Ventura
(MIAP)

P Presente na votação

A Ausente na votação

Apresentação, discussão e votação dos documentos de prestação de contas consolidadas, referentes ao exercício de 2016, bem como apreciação da Certificação Legal das Contas consolidadas de 2016, de acordo com o disposto nos artigos 75.º, 76.º e 77.º da Lei n.º 73/2013, de 03 de Setembro. -----

-----No uso da competência estabelecida nos art.º 75.º, 76.º e 77.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de Setembro, a Assembleia Municipal deliberou aprovar os documentos de prestação de contas consolidadas, referentes ao exercício de 2016 e procedeu à apreciação da Certificação Legal das Contas consolidadas de 2016, encontrando-se cópia em anexo à presente minuta, da qual faz parte integrante. -----

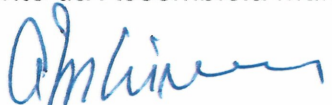
----- Esta deliberação foi aprovada por maioria, com vinte e quatro votos a favor, dos Deputados do Grupo Municipal do MIAP, Adriano Martins Aires, Luís António Sousa Pinto dos Santos, Jennifer Nunes Pereira, Aníbal José Franco Ferreira, Dino Augusto Ferreira Rasga, Arménio de Almeida Cerca, Licínio Ferreira dos Santos, Maria Alexandra Ferreira Henriques, José Arlindo Fernandes Simões, Mário Fernando Neves Martinho, Mário Severo de Matos Marinho, António Ferreira de Carvalho, Carla Catarina Moreira Fernandes, Ema Paula da Silva Dias Pato e Óscar dos Santos Ventura, dos Deputados do Grupo Municipal do PPD/PSD, João José Nogueira de Almeida, José Manuel Oliveira Carvalho, César Henrique de Seabra Rangel e Andrade, Manuel Baptista Veiga e Fernando Adelino Pina Fernandes, dos Deputados do Grupo Municipal do PS, António Manuel Alves, André Miguel Matos Beja Henriques e Mónica Filipa Morais da Silva e do Deputado do Grupo Municipal do CDS-Partido Popular, Sidónio Carvalho da Cruz Moreira Simões, zero votos contra e três abstenções, dos Deputados do Grupo Municipal do PPD/PSD, Carlos Alberto de Almeida Gonçalves, Graciete da Piedade Seco Vaz de Crasto e Artur Domingos Pires Salvador. -----

----- Mais deliberou a Assembleia Municipal e por unanimidade, com vinte e oito votos a favor, zero votos contra e zero abstenções, aprovar esta deliberação em minuta para produzir efeitos imediatos, nos termos do que dispõe o n.º 4 do art.º 52.º do Regimento – n.º 3 do art.º 57.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de

Setembro. Aquando da votação não se encontravam presentes os Deputados Municipais Sara Filipa Seabra dos Reis, António Rafael das Neves Timóteo e Ricardo César Galante Oliveira Manão. -----

----E eu, Cândido Filipe Rodrigues Alves, Coordenador Técnico responsável pelo apoio administrativo à Assembleia Municipal, a redigi, subscrevi e assino. --

O Presidente da Assembleia Municipal,



O Coordenador Técnico,





MUNICÍPIO DE ANADIA
CÂMARA MUNICIPAL
CONTRIBUINTE N.º 501 294 103

MINUTA DA DELIBERAÇÃO

ASSUNTO DA ORDEM DO DIA

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DE 31 DE MAIO DE 2017
EXECUTIVO 2013/2017

PRESENCAS: Eng.ª Maria Teresa Belém Correia Cardoso, Dr. José Manuel Ferreira Nunes Ribeiro, Prof. Litério Augusto Marques, Dr. Jorge António Tavares de São José, Dr. Lino Jorge Cerveira Pintado e Eng.º Jorge Eduardo Ferreira Sampaio.-----

DELIBERAÇÃO

---- 1. PROPOSTA DE CONTAS CONSOLIDADAS DO MUNICÍPIO DE ANADIA DO ANO DOIS MIL E DEZASSEIS (2016):-----

---- Pela Senhora Presidente da Câmara Municipal, Engenheira Maria Teresa Belém Correia Cardoso, foi presente à reunião, para resolução, a proposta de contas consolidadas do Município de Anadia do ano dois mil e dezasseis (2016), que se dá como transcrita e é parte integrante desta deliberação e se encontra anexa à presente minuta.-----

---- É competência material da Câmara Municipal, prevista na alínea i), do n.º 1, do artigo 33.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, elaborar e aprovar o inventário dos bens, direitos e obrigações patrimoniais do município e ainda os documentos de prestação de contas, a submeter à apreciação e votação da Assembleia Municipal.-----

---- Em cumprimento desse dispositivo legal, foram elaborados os Documentos de Prestação de Contas, referentes ao ano económico dois mil e dezasseis (2016), em conformidade, respetivamente, com o quadro e código de contas estabelecidos no Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), aprovado pelo Decreto-lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, na sua versão atualizada, conjugado com o ponto II da Resolução n.º 4/2001 - 2.ª Secção -, do Tribunal de Contas, e ainda com o disposto nos artigos 76.º e 77.º, da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro.-----

---- Os referidos Documentos de Prestação de Contas, referentes ao exercício de dois mil e dezasseis (2016), e a Certificação Legal das Contas de dois mil e dezasseis (2016), bem como o Património do Município de Anadia, foram aprovados pela Assembleia Municipal, em sua sessão ordinária realizada a sete de abril do presente ano, sob proposta da Câmara Municipal, aprovada em reunião extraordinária de vinte e três de março.-----

---- A Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro (Estabelece o Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais), preconiza, no n.º 1, do seu artigo 75.º, que os municípios, as entidades intermunicipais e as suas entidades associativas, apresentam, sem prejuízo dos documentos de

prestação de contas individuais previstos na lei, contas consolidadas com as entidades detidas ou participadas.-----

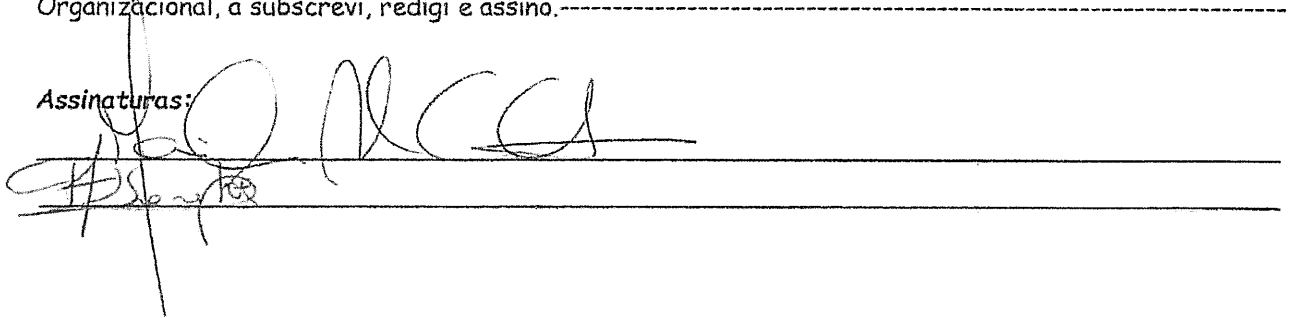
---- Dando cumprimento a tal determinação, a Senhora Presidente da Câmara Municipal propõe que o Executivo Municipal, no âmbito das competências expressas na alínea i), do n.º 1, do artigo 33.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, aprove as contas consolidadas do Município de Anadia, do ano dois mil e dezasseis (2016), e as submeta à apreciação e votação da Assembleia Municipal, nos termos da alínea l), do n.º 2, do artigo 25.º, do sobredito diploma legal.-----

---- Apreciada a proposta apresentada pela Senhora Presidente da Câmara Municipal, o Executivo deliberou, por maioria, com as abstenções dos Senhores Vereadores, Dr. José Manuel Ferreira Nunes Ribeiro e Prof. Litério Augusto Marques, e da Senhora Vereadora, Dr.ª Lígia Filipe Seabra, e no âmbito das competências expressas na alínea i), do n.º 1, do artigo 33.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, aprovar as contas consolidadas do Município de Anadia, do ano dois mil e dezasseis (2016), e submetê-las à apreciação e votação da Assembleia Municipal, nos termos da alínea l), do n.º 2, do artigo 25.º, do mesmo diploma legal.-----

---- Mais deliberou o Executivo, por unanimidade, aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos, nos termos do n.º 2, do artigo 57.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.-----

---- E eu, Maria de Fátima Dourado Andrade dos Santos Azevedo, Chefe de Divisão de Desenvolvimento Organizacional, a subscrevi, redigi e assino.-----

Assinaturas:



Two handwritten signatures are present on a horizontal line. The first signature is a large, stylized cursive signature, likely belonging to Maria de Fátima Dourado Andrade dos Santos Azevedo. The second signature is smaller and less legible, appearing to be a second official's signature.



MUNICÍPIO DE ANADIA

CÂMARA MUNICIPAL

CONTRIBUINTE N.º 501 294 163

Declaração de responsabilidade

No âmbito do processo de prestação de contas do exercício de 2016 do Município de Anadia declaro, sob compromisso de honra, enquanto responsável pela elaboração, aprovação e remessa das contas consolidadas ao Tribunal de Contas, que adotei, fiz aprovar e executar de forma continuada os princípios, normas e procedimentos contabilísticos e de controlo interno a que estamos vinculados por imperativo legal ou contratual e que garantem e asseguram, segundo o meu conhecimento, a veracidade e sinceridade das respetivas demonstrações financeiras e a integralidade, legalidade e regularidade das transações subjacentes, pelas quais assumo a responsabilidade de que, designadamente:

- a) não contêm erros ou omissões materialmente relevantes quanto à execução orçamental e de contabilidade de compromissos, à gestão financeira e patrimonial e, bem assim, ao registo de todas as operações e transações que relevem para o cálculo do défice e da dívida pública atendendo, nos termos aplicáveis, ao direito europeu da consolidação orçamental;
- b) identificam completamente as partes em relação de dependência e registam os respetivos saldos e transações;
- c) não omitem acordos quanto a instrumentos de financiamento direto ou indireto;
- d) evidenciam com rigor e de forma adequada a dimensão, extensão e relevação contabilística dos passivos efetivos ou contingentes, designadamente os compromissos decorrentes de benefícios concedidos ao pessoal e aos membros dos órgãos sociais, bem como as responsabilidades decorrentes de litígios judiciais ou extrajudiciais;
- e) incluem os saldos de todas as contas bancárias no IGCP e/ou noutras instituições financeiras;
- f) evidenciam que foram respeitadas as normas da contração pública aplicáveis e cumpridos pontual e tempestivamente todos os acordos e contratos com terceiros;
- g) evidenciam que foram respeitadas as normas dos regimes de vinculação, de carreiras e de remunerações dos trabalhadores que exercem funções públicas e do código do trabalho bem como observaram as incompatibilidades e limitações previstas aí, no estatuto de aposentação, no código contributivo da segurança social e em estatutos específicos, designadamente de carreiras especiais;
- h) foram publicitadas de acordo com as disposições legais e comunicadas às entidades competentes.

A responsável/ Subscritora:

A Presidente da Câmara Municipal de Anadia

(Eng^ª Maria Teresa Belém Correia Cardoso)



